

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

A respeito de controle na administração pública, julgue os itens a seguir.

- I O controle de legalidade tem foco na avaliação da conformidade dos procedimentos administrativos com as normas e os padrões estabelecidos.
- II O controle de gestão examina os resultados alcançados e os meios empregados, exclusivamente com base em critérios de legalidade e legitimidade.
- III Nos tribunais de contas brasileiros, o controle externo é exercido *ex ante*, de forma predominante.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 22

Acerca da natureza jurídica dos tribunais de contas e da forma de investidura, dos direitos, das prerrogativas e das vedações de seus membros, assinale a opção correta.

- A Além da nacionalidade brasileira, é requisito para ingresso como membro dos tribunais de contas a conclusão de curso de nível superior em direito, contabilidade, administração ou economia.
- B Os ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos ministros do STF.
- C Aos membros do Ministério Público nos tribunais de contas não é vedado o exercício de atividade político-partidária.
- D As decisões dos tribunais de contas possuem característica de coisa julgada administrativa.
- E Os ministros dos tribunais de contas serão escolhidos na proporção de um terço pelo Poder Legislativo e dois terços pelo chefe do Poder Executivo.

QUESTÃO 23

Considere as seguintes situações hipotéticas.

- I O Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA) emitiu parecer prévio sobre as contas do governador do estado.
- II O TCE/PA suspendeu a execução de ato irregular emitido pelo Poder Executivo.

No que se refere às funções dos tribunais de contas, é correto afirmar que as ações descritas nas situações hipotéticas apresentadas se enquadram, respectivamente, nas funções

- A julgadora e sancionadora.
- B opinativa e corretiva.
- C opinativa e sancionadora.
- D consultiva e corretiva.
- E consultiva e sancionadora.

QUESTÃO 24

De acordo com o Regimento Interno do TCE/PA, o instrumento de fiscalização utilizado para verificar a implementação das recomendações formuladas no curso de outros instrumentos de fiscalização e para avaliar o impacto da implementação ou da não implementação das deliberações no objeto fiscalizado é denominado

- A levantamento.
- B auditoria.
- C inspeção.
- D acompanhamento.
- E monitoramento.

QUESTÃO 25

Tendo como referência as disposições do Regimento Interno do TCE/PA, assinale a opção correta, a respeito da atuação do tribunal em sua função fiscalizadora de órgãos e entidades públicas estaduais.

- A Configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outras irregularidades de que resulte dano ao erário estadual, o TCE/PA fixará o prazo de trinta dias para apresentação de esclarecimentos e, caso não seja atendido, ordenará a conversão do processo em tomadas de contas especial.
- B Caso detecte prova ou indício de irregularidade ou ilegalidade de ato ou contrato de que resulte receita ou despesa, o Departamento de Controle Externo do TCE/PA deverá, por meio de denúncia, solicitar ao presidente do tribunal a abertura, de ofício, de processo para as devidas apurações.
- C Os órgãos e as entidades da administração pública estadual deverão remeter ao TCE/PA, até o dia 31 de janeiro de cada ano, o rol dos responsáveis do exercício anterior, com indicações da natureza da responsabilidade de cada um.
- D Qualquer pessoa, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades ao TCE/PA, exigindo-se, no caso de associação ou sindicato, que estes possuam sede no estado do Pará.
- E As decisões do TCE/PA que impõem a cominação de multa possuem eficácia de título executivo judicial.

QUESTÃO 26

No que diz respeito à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, compete ao TCE/PA

- A apreciar, para fins de registro, a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, incluindo-se as melhorias posteriores de qualquer espécie.
- B apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, em cargo efetivo ou comissionado, na administração direta e na indireta, incluindo-se as fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- C prestar informações solicitadas pela assembleia legislativa ou por deputado estadual individualmente, sobre fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.
- D emitir pronunciamento conclusivo sobre matéria que lhe seja submetida à apreciação pela comissão permanente de fiscalização financeira e orçamentária da assembleia legislativa, no prazo de trinta dias, contados do recebimento da solicitação.
- E apreciar e julgar as contas prestadas anualmente pelo governador do estado.

QUESTÃO 27

Com base nas disposições da Lei Orgânica do MPC/PA, julgue os itens a seguir.

- I O MPC/PA possui independência administrativa, mas não financeira, pois utiliza dotações orçamentárias do TCE/PA.
- II O MPC/PA é composto por sete procuradores de contas.
- III O procurador-geral de contas é nomeado pelo governador do estado entre os membros da carreira, escolhido em lista tríplice.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Apenas os itens I e III estão certos.

QUESTÃO 28

O Ministério Público junto a determinado tribunal de contas estadual pretende celebrar parceria público-privada, na modalidade patrocinada, pelo prazo de dez anos.

Para a celebração dessa parceria, deverá ser realizado procedimento licitatório na modalidade

- A convite, desde que haja recursos públicos e privados suficientes para o cumprimento das obrigações acordadas em contrato.
- B concurso, desde que haja recursos públicos e privados suficientes para o cumprimento das obrigações acordadas em contrato.
- C concorrência, desde que levantada a estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos dez anos de vigência do contrato, além de cumpridas as demais condições legais.
- D tomada de preço, desde que o objeto da licitação esteja previsto no plano plurianual em vigor à época da celebração do contrato.
- E pregão, desde que haja declaração do ordenador de despesa asseverando que as obrigações contratuais estão em conformidade com a lei orçamentária.

QUESTÃO 29

Autoridade administrativa de determinado ministério público de contas estadual delegou a um de seus subordinados a decisão de recursos administrativos.

Nessa situação hipotética, conforme a Lei n.º 9.784/1999, esse ato de delegação é

- A legal, desde que publicado no Diário Oficial da União.
- B legal, desde que especifique as matérias delegadas.
- C legal, mas pode ser revogado a qualquer momento.
- D ilegal, pois tais decisões não podem ser delegadas.
- E ilegal, por ser o delegatário subordinado hierárquico.

QUESTÃO 30

O governo de um estado delegou certa prestação de serviço público à determinada pessoa jurídica, mediante concessão, por prazo determinado.

Nessa situação hipotética, conforme a Lei n.º 8.987/1995, o governo poderá retomar a prestação do serviço, por encampação, desde que

- A haja edição de decreto autorizativo e pagamento de indenização prévia.
- B a prestação do serviço tenha ocorrido de forma deficiente, sem pagamento de indenização prévia.
- C a concessionária tenha descumprido cláusulas contratuais, sem pagamento de indenização prévia.
- D a prestação do serviço tenha ocorrido de forma inadequada, sem pagamento de indenização prévia.
- E o motivo seja interesse público, seja paga indenização prévia e haja autorização em lei específica.

QUESTÃO 31

Nos termos da Lei n.º 13.460/2017, que trata da participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos, as ouvidorias têm como atribuição específica

- A implementar aperfeiçoamento na prestação dos serviços, acompanhando a efetividade das medidas.
- B promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos.
- C instaurar procedimento administrativo para apurar responsabilidade, em decorrência de manifestação de usuário.
- D encaminhar decisão administrativa final, por manifestação de usuário, no prazo improrrogável de trinta dias, previsto em lei.
- E elaborar relatório de gestão, com o número de manifestações recebidas e com os dados dos responsáveis pela solução.

QUESTÃO 32

Órgão público celebrou contrato administrativo com determinado prestador de serviço. Entretanto, o contratado não cumpriu com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Nessa situação hipotética, segundo a Lei n.º 8.666/1993, a administração pública responderá solidariamente com o contratado somente quanto aos encargos

- A fiscais.
- B previdenciários.
- C fiscais e trabalhistas.
- D comerciais e trabalhistas.
- E comerciais e previdenciários.

QUESTÃO 33

Nos termos do Decreto n.º 7.892/2013, a licitação para registro de preços

- A deve ser na modalidade de concorrência ou na modalidade de pregão.
- B dispensa pesquisa de mercado se o objeto for bem ou serviço comum.
- C somente pode ser realizada se houver indicação da dotação orçamentária.
- D terá ata de registro de preço, sem prazo máximo de vigência.
- E obriga a administração a contratar se houver preço registrado.

QUESTÃO 34

Nos termos da Lei n.º 8.429/1992, titular de órgão público que deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade prevista na legislação estará sujeito a responder por ato de improbidade administrativa que

- A** causa prejuízo ao erário, somente se a omissão for dolosa.
- B** causa prejuízo ao erário, somente se a omissão for culposa.
- C** causa prejuízo ao erário, independentemente de a omissão ser culposa ou dolosa.
- D** viola os princípios da administração pública, somente se a omissão for dolosa.
- E** viola os princípios da administração pública, se a omissão for culposa.

QUESTÃO 35

Considere as seguintes disposições constitucionais.

- I “Art. 5.º (...) XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;”
- II “Art. 5.º (...) LXIX – conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;”
- III “Art. 14 (...) § 9.º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.”

Com relação à eficácia dessas normas constitucionais, assinale a opção correta.

- A** I é norma de eficácia contida, II é de eficácia plena e III é de eficácia limitada.
- B** I e III são normas de eficácia limitada, e II é de eficácia plena.
- C** I e II são normas de eficácia contida, e III é de eficácia limitada.
- D** I e III são normas de eficácia contida, e II é de eficácia plena.
- E** I é norma de eficácia contida, e II e III são normas de eficácia limitada.

QUESTÃO 36

Conforme entendimento do STF, as normas infraconstitucionais anteriores à Constituição Federal de 1988 (CF) e com esta incompatíveis

- A** devem ser declaradas inconstitucionais pelo STF para deixarem de surtir efeitos.
- B** podem ser objeto de controle de constitucionalidade mediante ação direta de inconstitucionalidade.
- C** devem ser consideradas revogadas.
- D** podem ser convalidadas por alteração constitucional superveniente.
- E** podem ser objeto de controle de constitucionalidade mediante ação declaratória de constitucionalidade.

QUESTÃO 37

Julgue os itens a seguir, referentes à organização do Estado.

- I A competência administrativa dos estados federados é residual ou remanescente, logo a eles competem as matérias que não lhes sejam vedadas.
- II A CF permite a edição de lei complementar federal que autorize os estados a legislar sobre questões específicas das matérias de competência privativa da União.
- III No âmbito da competência legislativa concorrente, os estados, em regra, têm competência supletiva: não havendo norma geral federal sobre tema específico, o estado tem permissão para editar normas gerais e normas específicas sobre a matéria, adquirindo competência plena enquanto não editada norma geral federal.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 38

Com relação à medida provisória, assinale a opção correta.

- A** A edição de medida provisória por governador de estado é estritamente vedada.
- B** O prazo máximo para que medida provisória seja convertida em lei é de 180 dias após a sua publicação.
- C** Não sendo editado decreto legislativo para regulamentar as relações jurídicas após a perda de eficácia de medida provisória, os atos praticados durante sua vigência permanecerão por ela regidos.
- D** Em caso de edição de medida provisória os parlamentares serão convocados extraordinariamente para deliberar sobre a medida provisória caso estejam em recesso.
- E** Compete à Comissão de Constituição e Justiça da casa legislativa apreciar os aspectos constitucionais de medidas provisórias.

QUESTÃO 39

Considerando os princípios que regem a ordem econômica, é correto afirmar que

- A** o Estado deve evitar interferir na economia, sob pena de violar o princípio da livre concorrência.
- B** o Estado pode atuar de maneira direta na economia, por meio do regime de monopólio ou da participação em empresa do setor privado.
- C** o tratamento favorecido em licitações públicas para empresas de pequeno porte ofende o princípio da livre concorrência.
- D** a defesa do consumidor e a defesa ao meio ambiente devem ceder em face do desenvolvimento econômico.
- E** a soberania nacional não pode ser considerada um princípio da ordem econômica.

QUESTÃO 40

Assinale a opção correta, acerca da competência para julgamento de autoridades pela prática de infrações penais comuns e crimes de responsabilidade, segundo entendimento do STF.

- A** Governador de estado que cometer crime de responsabilidade responderá na respectiva assembleia legislativa estadual.
- B** Vice-governador que cometer crime comum responderá no STJ.
- C** Deputado estadual que cometer crime comum será julgado pelo presidente do tribunal de justiça do estado correspondente.
- D** Chefe da Casa Civil que cometer crime de responsabilidade conexo com governador de estado será processado e julgado pelo STJ.
- E** Membro de tribunal de contas estadual que cometer crimes comuns e(ou) crime de responsabilidade responderá no STJ.

QUESTÃO 41

A respeito de conceitos, espécies e natureza jurídica do orçamento público e de princípios orçamentários, julgue os itens a seguir.

- I No Brasil, o princípio do equilíbrio orçamentário deve ser respeitado tanto em seu aspecto formal, quanto em seu aspecto material, sob pena de crime de responsabilidade.
- II No orçamento-programa, a lei orçamentária não deve conter apenas as estimativas para as receitas e despesas do próximo exercício financeiro, mas também a previsão de objetivos e metas relacionados à realização das necessidades públicas.
- III O princípio da unidade estabelece que deva haver uma única lei orçamentária para cada ente da federação.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 42

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, julgue os próximos itens.

- I A classificação das transferências como corrente ou de capital independe da destinação dos recursos no órgão ou na entidade recebedora.
- II Os empenhos com vigência plurianual que não tenham sido liquidados deverão ser inscritos como restos a pagar apenas no último ano da vigência do crédito.
- III Subvenções sociais destinam-se ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 43

Ricardo, com sessenta e cinco anos de idade, ajuizou ação contra um estado da Federação. A ação foi julgada totalmente procedente, e a sentença, transitada em julgado, condenou o referido estado a pagar a Ricardo o valor de R\$ 50 mil, cujo débito é de natureza alimentícia. Todavia, o estado fixou em lei o valor de R\$ 6 mil como limite para pagamento de obrigação de pequeno valor.

Nessa situação hipotética, levando-se em consideração a disciplina constitucional dos precatórios,

- A** Ricardo poderá receber o valor integral, por meio de precatório, com preferência sobre todos os demais débitos de forma integral.
- B** Ricardo poderá fracionar o montante para pagamento com preferência sobre todos os demais débitos, com exceção daqueles de natureza alimentícia, até o limite de R\$ 12 mil, sendo o restante pago segundo a ordem cronológica de apresentação.
- C** o nome de Ricardo e o do seu processo judicial poderão ser informados na dotação orçamentária criada para o pagamento de seu precatório.
- D** Ricardo poderá fracionar o montante para pagamento com preferência sobre todos os demais débitos até o limite de R\$ 18 mil, devendo o restante ser pago segundo a ordem cronológica de apresentação.
- E** o precatório de Ricardo deverá ser apresentado até 31 de agosto do ano corrente para que possa ser pago até 31 de dezembro do ano seguinte.

QUESTÃO 44

Ministério Público de Contas verificou que a fazenda pública de determinado estado, no momento da expedição de precatórios, não abatia do valor líquido dos precatórios os valores referentes a parcelas vincendas de parcelamentos. O estado justificou que não fazia o abatimento em razão de inexistir regulamentação que determinasse a compensação.

Nessa situação, essa omissão de abatimento é

- A** regular, uma vez que as parcelas devem estar vencidas para serem compensadas.
- B** regular, sendo necessária a regulamentação para se realizar a compensação.
- C** regular, pois não há previsão constitucional para se realizar essa compensação.
- D** irregular, devendo haver a compensação mesmo de créditos cuja execução esteja suspensa.
- E** irregular, já que deve haver a compensação nos casos em que a execução não estiver suspensa.

QUESTÃO 45

Determinado estado deixou de efetuar o pagamento de precatório por mais de dois exercícios consecutivos, sem razão de força maior.

Nessa situação, essa dívida

- A** integra a dívida pública flutuante e pode ensejar intervenção federal.
- B** integra a dívida pública flutuante e pode ensejar o sequestro da quantia.
- C** integra a dívida pública mobiliária e pode ensejar intervenção federal.
- D** integra a dívida pública consolidada e pode ensejar sequestro da quantia.
- E** integra a dívida pública consolidada e pode ensejar intervenção federal.

QUESTÃO 46

Ao apreciar a classificação da transferência de recursos de estado a município, o analista do tribunal de contas competente verificou que foi classificada como voluntária a transferência de recursos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal.

Nesse caso, a referida classificação está

- A** errada, uma vez que a definição legal de transferência voluntária exclui o repasse de recursos destinados ao SUS.
- B** errada, uma vez que recursos destinados ao SUS são oriundos da União.
- C** correta, desde que tenha sido observada a existência de dotação específica.
- D** correta, desde que os valores sejam destinados ao cumprimento dos limites constitucionais relativos à saúde.
- E** correta, desde que acompanhada de previsão orçamentária de contrapartida.

QUESTÃO 47

Determinado servidor público aposentou-se no dia 1.º/6/2019 na modalidade aposentadoria voluntária, com fundamento na Emenda Constitucional n.º 47/2005.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que o referido servidor se aposentou com, no mínimo,

- A** sessenta anos de idade.
- B** vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público.
- C** dez anos de carreira.
- D** dez anos no cargo em que se deu a aposentadoria.
- E** trinta anos de tempo de contribuição.

QUESTÃO 48

Uma servidora pública que ingressou no serviço público em 10/10/2012 pretende solicitar contagem recíproca do tempo em que trabalhou em um escritório de advocacia, que compreendeu o período entre 10/10/2005 e 10/10/2014.

Nessa situação hipotética, a contagem recíproca somente poderá abarcar o período de

- A** 10/10/2005 a 10/10/2014.
- B** 10/10/2012 a 10/10/2014.
- C** 10/10/2005 a 9/10/2012.
- D** 11/10/2012 a 9/10/2014.
- E** 10/10/2005 a 11/10/2012.

QUESTÃO 49

Considerando as disposições da Lei Complementar Estadual n.º 39/2002, assinale a opção correta, a respeito das pensões no regime de previdência estadual do Pará.

- A** A pensão somente será concedida se houver a habilitação integral de todos os dependentes.
- B** Os efeitos financeiros das pensões solicitadas noventa dias após a data do falecimento do segurado ocorrerão a partir da data do requerimento do benefício.
- C** A percepção cumulativa de pensões é vedada em qualquer hipótese.
- D** Caso sobrevenha causa de extinção de pensão, a cota-parte de ex-dependente será revertida em favor dos demais dependentes, se houver.
- E** No caso de falecimento de servidor inativo, o valor da pensão por morte corresponderá, em qualquer hipótese, à totalidade dos proventos percebidos pelo servidor quando aposentado.

QUESTÃO 50

De acordo com o entendimento do STJ, é correto afirmar que o rol de cabimento de agravo de instrumento previsto no Código de Processo Civil (CPC)

- A** é de taxatividade mitigada, admitindo-se a interposição desse recurso quando verificada urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.
- B** é exaustivo, não sendo admitida interpretação extensiva ou analógica.
- C** é meramente exemplificativo, admitindo-se a interposição desse recurso contra outras decisões interlocutórias.
- D** não prevê a interposição desse recurso contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença.
- E** não contempla outras hipóteses de cabimento desse recurso previstas em lei.

QUESTÃO 51

Acerca dos efeitos de decisão proferida em incidente de resolução de demandas repetitivas, assinale a opção correta.

- A** A tese jurídica adotada será aplicada em todo o território nacional, a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito.
- B** A reclamação é o instrumento processual adequado para impugnar decisão judicial que não tenha observado o precedente fixado.
- C** A revisão da tese jurídica fixada depende de provocação dos legitimados para o ajuizamento do incidente.
- D** A interposição de recurso especial ou extraordinário não suspende a eficácia da decisão do tribunal.
- E** A tese jurídica adotada será aplicada apenas aos casos que estiverem em tramitação no momento da sua fixação.

QUESTÃO 52

Conforme entendimento do STJ, a ação de improbidade administrativa caracteriza-se pela

- I impossibilidade de decretação da indisponibilidade de bens, quando ausente a prática de atos que induzam a conclusão de risco de alienação, oneração ou dilapidação patrimonial de bens do acionado;
- II sujeição de eventual sentença de improcedência ao reexame necessário;
- III isenção de preparo para os recursos eventualmente interpostos pelo réu;
- IV não formação de litisconsórcio necessário entre o agente público e os eventuais terceiros beneficiados, por falta de previsão legal e de relação jurídica entre as partes que se obrigue a decidir de modo uniforme a demanda.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e IV.
- D I, II e III.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 53

Com vistas a suspender episodicamente a eficácia do ato constitutivo de determinada empresa, João, credor de um dos sócios do empreendimento, ajuizou incidente de desconsideração da personalidade jurídica para tentar atingir a cota-parte do sócio devedor.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Caso a ação de cobrança de João esteja em fase de cumprimento de sentença, o juiz deverá inadmitir o incidente.
- B Sendo o caso de desconsideração inversa da personalidade jurídica, o juiz deverá inadmitir a medida processual proposta por João.
- C Se o juiz decidir o incidente em um dos capítulos da sentença, o recurso cabível contra a parte específica da decisão é o agravo de instrumento.
- D A desistência do incidente por João implicaria na assunção da demanda pelo Ministério Público, independentemente de intervenção prévia do *parquet* na causa.
- E Ainda que seja hipótese de intervenção de terceiros, o incidente poderá ser admitido se a causa estiver em tramitação nos juizados especiais.

QUESTÃO 54

O princípio da boa-fé, consagrado no CPC, demanda a observância de um padrão de conduta ao longo do processo. Nesse sentido,

- A a constatação da violação da boa-fé objetiva processual não dispensa a comprovação da intenção do sujeito na adoção de determinado comportamento.
- B o princípio da boa-fé objetiva é consagrado como cláusula geral processual, não havendo manifestações concretas desse princípio ao longo do texto do CPC.
- C os destinatários do princípio da boa-fé objetiva processual incluem as partes e demais sujeitos do processo, ressalvado o órgão jurisdicional competente para apreciação da demanda.
- D o limite ao exercício de posições processuais constitui dimensão do princípio da boa-fé objetiva processual.
- E a prescrição, por lei, de determinada forma sob pena de nulidade possibilitará que a decretação desta seja requerida por qualquer parte.

QUESTÃO 55

No curso de uma representação em determinado tribunal de contas, o Ministério Público junto ao tribunal apresentou um extrato de movimentação bancária emitido por um banco internacional, como prova de movimentação financeira irregular praticada fora do Brasil.

Nesse caso, segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a lei de regência para verificação da legitimidade do meio de produção dessa prova deve ser a legislação

- A brasileira.
- B do país onde a movimentação irregular tiver sido feita.
- C do país onde se encontra a sede do referido banco.
- D do país onde o representado tenha residência.
- E indicada em tratado internacional de cooperação.

QUESTÃO 56

Com relação ao processamento de autos no âmbito do TCE/PA, o regimento interno desse tribunal define anexação como

- A a juntada de um processo a outro, com a finalidade de propiciar estudos, opiniões, informações e decisões, permanecendo cada processo com seu respectivo número.
- B a juntada de uma prova ao apenso de um processo, nos casos em que a prova não puder ser juntada aos autos principais.
- C a juntada de uma prova aos autos de um processo, de modo que a prova passa a integrá-lo na forma de um apenso numerado.
- D a juntada definitiva de um processo a outro, passando ambos a constituir um único processo.
- E a juntada temporária de um processo a outro, permanecendo cada processo com seu respectivo número.

QUESTÃO 57

Conforme o Regimento Interno do TCE/PA, no curso de uma apuração, esse tribunal de contas pode conceder medida cautelar para

- A determinar diretamente o afastamento do acusado durante o período de apuração.
- B sustar o ato impugnado até que se decida sobre o mérito da questão suscitada.
- C decretar a indisponibilidade dos bens do acusado por prazo indeterminado.
- D inabilitar o acusado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança até o julgamento do mérito da tomada de contas especial.
- E declarar a inidoneidade temporária de um licitante para participar de licitações promovidas pelo governo estadual até o fim das apurações.

Espaço livre

QUESTÃO 58

Ao apreciar a legalidade do ato de aposentadoria de uma servidora, um tribunal de contas estadual determinou sua anulação e aplicou multa aos gestores. A servidora aposentada alegou a decadência da decisão do tribunal de contas, por terem-se passado mais de cinco anos desde a entrada do processo naquele tribunal. Alegou, ainda, a ausência de contraditório e da ampla defesa.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz da jurisprudência majoritária do Supremo Tribunal Federal.

- A** A decisão deve ser cassada, porque deveriam ter sido assegurados a ampla defesa e o contraditório à interessada.
- B** O tribunal de contas não tinha competência para rever o ato de aposentadoria, por ser este ato juridicamente perfeito.
- C** Somente os gestores poderiam alegar a ausência de contraditório e ampla defesa, já que contra a servidora não foi aplicada qualquer penalidade.
- D** Houve a decadência do direito do tribunal de contas de rever o ato de aposentadoria, haja vista o decurso do prazo quinquenal.
- E** Não haveria necessidade de garantir o contraditório e a ampla defesa à interessada, pois ato não registrado no tribunal de contas é tido como inexistente.

QUESTÃO 59

Um conselheiro de determinado tribunal de contas foi designado relator de tomada de contas na qual figura como parte interessada uma instituição de ensino com a qual ele tem relação de emprego.

Nesse caso, havendo pedido de medida cautelar do Ministério Público junto ao tribunal de contas com fundamentada urgência, o conselheiro deve

- A** declarar-se suspeito, por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões, devendo abster-se de julgar o pedido de medida cautelar.
- B** convocar um substituto para decidir sobre o pedido de medida cautelar e para julgar o incidente de suspeição.
- C** declarar-se suspeito, podendo decidir sobre o pedido de liminar se presentes os requisitos de urgência e receio de grave lesão ao erário.
- D** declarar-se impedido, sendo-lhe vedado exercer qualquer função no processo.
- E** decidir sobre o pedido de medida cautelar antes de se declarar impedido.

QUESTÃO 60

O TCE/PA determinou a instauração de uma tomada de contas especial para apurar a omissão no dever de prestar contas de recursos públicos repassados mediante convênio e depositados na conta-corrente do convenente.

De acordo com a Resolução TCE/PA n.º 18.784, o débito verificado pela comissão deverá ser atualizado e acrescido de encargos legais a partir da data

- A** do evento danoso.
- B** da ciência do fato pela autoridade administrativa competente.
- C** do lançamento do crédito na respectiva conta bancária.
- D** da instauração da tomada de contas especial.
- E** da notificação do representado.